

PROFESSORAS NEGRAS: CONSTRUINDO IDENTIDADE

SILVA, Juliana Bispo da
SILVA, Maria de Lourdes

Resumo

O trabalho tem como objetivo discutir como o processo de identidade, principalmente das professoras negras, tem influenciado na vida das pessoas e como a educação tem atuado para combater a discriminação e o racismo nas construções identitárias. Apontamos possibilidades de intervenções no processo civilizador. A pesquisa foi feita dentro de uma abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico, no qual foram lidas algumas obras referentes ao assunto e o artigo 26-A da Lei n. 9394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que gerou a Lei n. 10.639/2003 e, logo depois, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Os resultados contribuíram para ampliação e compreensão dos movimentos de combate ao racismo no ambiente educacional e na forma como as educadoras negras e não negras precisam atuar no sentido de desenvolver uma prática pedagógica em prol da construção de uma sociedade na qual o respeito à diversidade étnico-racial se faça presente nas práticas sociais.

Palavras-chave: Educação; Identidade negra; Escola.

Construção da identidade

No Brasil ainda podemos ver que o sucesso da pessoa depende muito da cor da pele e do gênero ao qual pertence, quanto mais voltada para a branquitude mais chance tem de alcançar o sucesso, já os que possuem uma pigmentação mais escura a chance do fracasso é grande, ou seja, o negro nasce e sobrevive imerso numa ideologia de que o branco é o ideal a ser atingido e endossa a luta para realizar esse modelo (PINTO; FERREIRA, 2014, p.6)¹

¹ PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra. Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP, v. 9, n. 2, jul./dez., 2014.

Sendo a sua pele mais importante, desconsiderando-se a memória histórica, a diversidade, o contexto social e cultural. Caindo sobre eles e principalmente nelas um descrédito e anulando da sociedade brasileira.

No nosso país é difícil construir uma identidade negra positiva, pois desde muito cedo o mito da democracia racial predomina, no qual o ser negro deve se afastar de suas raízes culturais e absolver os valores culturais eurocêntricos. É nesse contexto que a mulher negra tem que construir sua identidade.

Para isso ela utiliza uma construção de identidade social, cultural e histórica, saindo do isolamento e dialogando com o meio interno e externo. Onde a semelhança e diferença é o principal ponto para que possamos questionar-nos sobre a nossa identidade.

Mas é importante lembrar que a identidade construída pelo negro se dá não só por oposição ao branco mas, também, pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com este. As diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Nesse jogo complexo, vamos aprendendo, aos poucos, que a diferença estabelece os contornos da nossa identidade.(GOMES, 2002, p.40)²

Muitas pessoas utilizam a trajetória cultura e histórica como meio para discriminar e excluir essas pessoas, no qual muitas internalizam e acabam achando que essa violência está sendo praticada corretamente, porque o que a história branca conta é o negro na maioria das vezes como escravo, ou quando foi liberto agiu como marginal, desdobrando-se na figura do “malandro”.

A identidade da população negra foi sendo construída pelo caminhar durante a vida, sendo singular e plural, através de experiências, afirmação e negação. Mas batendo sempre em cima dos condicionantes políticos, culturais e econômicos.

As mulheres negras, em identidades femininas, criaram maneiras muito próprias de se constituírem mulheres. Fez e faz parte de suas vidas se defender, preservar sua integridade física, moral, sua raiz africana. Elas se veem e buscam se expor como descendentes de africanas, por isso se autodenominam negras e expõem sua herança ancestral. Lutaram contra a escravização, nos enfrentamentos pós-abolição, e continuam lutando até os dias de hoje. Defendem incansavelmente seus direitos de viver suas identidades, mais ainda, o direito de os negros exporem suas raízes africanas.(SILVA, 2013, p. 60)³

² GOMES, Nilma Lino. Identidades negras. in **kulé-Kulé** – Educação e Identidades e Visibilidade Negras, UFAL, 2006. Disponível em: <<http://www.ideario.org.br/neab/kule1/Textos%20kule1/nilma%20lino.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019 às 18h35min.

³ SILVA, Maria de Lourdes. **Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior: Experiências de mulheres negras na construção da carreira docente.** Tese de Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de São Carlos - PPGE/UFSCAR, 2013.

Negras no processo de construção

Nos dias atuais ser negro é muito difícil, sendo negra fica muito mais difícil ainda, porque a sociedade elitista vê a negra como sendo serviçal, a amante dos senhores/patrões, marginais e inferiores, sendo jogada ao vento e a sorte, extinguida do processo de formação do nosso país.

O fato de os negros descenderem de pessoas que foram desumanizadas e tratadas como meros instrumentos de trabalhos, até mesmo semoventes, influencia, até nossos dias, as imagens que muitos fazem das pessoas negras. Muitos veem negras e negros como diferentes não em virtude de suas raízes étnico-raciais, mas de tipificações acerca de beleza, modo de vida, afastamento de padrão intelectual de culturas europeias entre tantos fatores que cultivam estereótipos que levam a julgá-los pejorativamente.(SILVA, 2013, p. 41)

Elas são lembradas em ambiente de exploração de trabalho ou em lugares que remente a prostituição, principalmente quando se refere à mulata (termo que se refere à miscigenação).

Outro ponto em que elas são lembradas e caracterizadas é pela aparência e cuidado com o corpo, no qual podemos encontrar muitas músicas depreciativas e constrangedoras.

Viver como mulher negra e escravizada no Brasil, significou ser ferramenta de trabalho – “pau para toda obra” – objeto sexual, ser usada para satisfazer os desejos de seus donos e servir a todos os membros da família do senhor,...(SILVA, 2013, p. 48)

O contato sexual entre os senhores e suas escravas acabou gerando muitas crianças mestiças, sendo abandonadas pelos pais e algumas tiradas no braço da mãe. Quando os pais não mandavam mata-las seu destino era certo, virar escravo ou escrava do próprio pai.

Quando os escravos se tornavam adultos eram proibidos de manter qualquer tipo de relação entre o homem e a mulher, pois não tinham o direito de constituir uma família, isso gerou a Lei do Ventre Livre.

A Lei do Ventre Livre declarava que, a partir de 28 de setembro de 1871, todos os filhos de escravos estariam livres, e que o Estado se encarregaria de abrigá-los. Essa Lei, entre outras deliberações, contribuiu para que as mulheres escravizadas assistissem seus filhos serem lançados à própria sorte. O ventre das mães era livre, mas os frutos desses ventres não, pelo contrário eram mais escravizados. Assim, muitas mulheres escravizadas viram o surgimento do que favoreceu uma nova discriminação social e racial, a segregação de crianças negras em orfanatos, induzidas ao trabalho precoce,

ou exploradas como trabalhadoras, ou ainda passaram a viver nas ruas (SILVA, 2013, p. 49)

Essa lei citada acima foi só um dos processos que as mulheres negras sofreram, em nenhum momento eram lembradas com seres intelectuais capaz de desenvolver outras atividades que não fossem de exploração braçal ou sexual.

Podemos ver que ser mulher negra nunca foi fácil, e não existe uma padronização para serem caracteriza-las, muito menos podem ser rotuladas com gênero frágil e vulnerável, pelo contrario sempre lutando e buscando seu espaço, essa luta tem dois lados:

Fraqueza, pois, ao reconhecer as situações que as oprimem, as afrodescendentes assumem riscos, que lhes custam muito, até a própria vida. E força, porque, ao visualizar essa mesma opressão e todos os seus contornos, as mulheres negras são fortalecidas, organizando/compartilhando embates que desestruturam as bases do racismo, sexismo e do patriarcado. (SILVA, 2013, p. 57)

Ao longo do processo de construção do Brasil, essas mulheres veem fazendo parte da sociedade opressora e excludente, sendo encontrada na sociedade na posição desfavorável, tendo como principal aspecto a cor da pele, o gênero e a situação social.

Educação

A educação é um amplo processo que envolve toda a população, não sendo destinada para espaços sociais específicos, ou seja, podemos receber e perceber a educação em qualquer espaço.

A escola sendo um dos espaços destinados para a educação, no qual nós não devemos aprendemos somente conteúdos/disciplinas e sim compartilhamos valores, crenças e hábitos, preconceito racial, de gênero, de classe e de idade deve ajudar o individuo a se reconhecer perante a sociedade.

Essa interação acontece em meio a diálogos aberto, sendo a identidade negra construída de forma social e histórica. Nesse processo a escola pode andar em duas mãos: sendo ela capaz de valorizar identidades e diferenças como pode também discriminados e negá-los.

...quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e

diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.(GOMES , 2002, p. 39)

O enfrentamento ao racismo na educação é uma forma de inserir os indivíduos na sociedade, independente de cor, raça, religião, cultura, etc, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, ou seja, é uma maneira de derrubar as barreiras no racismo e superioridade.

Muitas vezes, a escola cala-se ao se deparar com o racismo, o preconceito e a discriminação que de modo silencioso faz com que a diferença entre o negro e o branco seja entendida como natural, construindo uma inferioridade em relação a população negra. Mas isso não é tudo, muitos desses negros deixam de lutar por aquilo que querem, pois sofreram um bloqueio na infância que os leva a pensar que a superioridade branca pode ditar as regras de convivência na sociedade e, ao negro, resta obedecer se quiser adquirir algum progresso na vida.

Para sair dessa inércia em relação à questão racial na escola, é preciso assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo, entendendo-o à luz da história e da realidade social e racial do nosso país.(GOMES, 2002, p.41)

No entanto, os professores e cidadãos brasileiros não podem mais fechar os olhos para estas situações, têm que enfrentar estes dilemas e estereótipos de inferioridade empregados aos negros, construir uma nova sociedade, na qual todos possam ser tratados de forma igualitária e com respeito à diferença.

Não é fácil construir uma identidade negra positiva vivendo em um ambiente que não dá valor as culturas diferentes. A própria estrutura escolar, modo como ela é pensada e age já exclui os alunos e alunas negras, sendo elas mais inferiorizadas. Está exclusão acontece de diversos pontos:

[...] por meio da forma como alunos e alunas negros são tratados; pela ausência ou pela presença superficial da discussão da questão racial no interior da escola; pela não-existência dessa discussão nos cursos e centros de formação de professores/as; pela baixa expectativa dos professores/as em relação a esse aluno/a; pela desconsideração de que o tempo de trabalho já faz parte da vida do aluno/a negro/a e pobre; pela exigência de ritmos médios de aprendizagem, que elegem um padrão ideal de aluno a ser seguido por todos a partir de critérios ditados pela classe média branca, pelo mercado e pelo vestibular, sem considerar a produção individual do aluno e da aluna negra, assim como de alunos de outros segmentos étnicos/raciais.(GOMES, 2002, P.41)

Desde então o Movimento Negro levou as instituições sociais, sendo elas umas das responsáveis pela formação humana de cada indivíduo, a se posicionarem e tomarem partido em relação à desigualdade social. A principal instituição social que

pode e deve contribuir com isso é a escola, porém não a única. A escola como espaço social tem o dever de trabalhar de forma pedagógica a diversidade e a diferença, com o respeito e reconhecimento que cada cultura presente na sociedade merece, ou seja, sem critérios de inferioridade e/ou superioridade.

As escolas brasileiras, junto com os profissionais da educação, precisam construir um currículo que contemple práticas, projetos e iniciativas de combate ao racismo e a valorização das raízes culturais de cada ser.

O Movimento Negro cômico da existência de discriminação racial dentro das salas de aulas, da educação Infantil ao Ensino Superior e, após a Conferência de Durban na África do Sul, no ano de 2001, buscou criar iniciativas concretas no campo das políticas educacionais e práticas escolares, com o objetivo de desconstruir tabus e preconceitos, como forma de contribuir na formação de cidadãos não racistas. Toda essa luta culminou com a aprovação da alteração do art. 26-A da LDB, a criação da Lei nº 10.639/03, bem como, da Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010 - Estatuto da Igualdade Racial. A lei 10.639/03 trouxe a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas da Educação Básica e, a partir disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, dispostas no parecer CNE/ CP 003/ 2004 e CNE/ CP 1/ 2004⁴.

A lei n. 10.639/03 obriga as escolas brasileiras a pararem para repensar seus valores, posturas, conhecimentos, currículos e escolha do material didático, bem como, os profissionais em suas falas, refletirem sobre a sua contribuição para com a sociedade. Esta lei caracteriza uma relação pedagógica e política assumida pelo Estado, mas não limitando-se apenas a ele.

Entende-se que os profissionais da educação precisam refletir e questionar sobre seu papel de educador ou educadora no combate ao racismo, preconceito e discriminação étnico-racial no espaço escolar, se estão buscando solucionar o problema, com práticas em favor de todos os brasileiros, independente de sua raça, etnia, religião, cor, etc, pois, somente isso, promoverá uma sociedade saudável e democrática,

⁴ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Resolução N. 1, de 17 de junho de 2004. Relator: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Distrito Federal.

possibilitando a todos viver em harmonia e bem-estar, com garantia dos direitos fundamentais preconizados na Constituição Federal e demais documentos. Para isso, os educadores precisam incorporar uma educação antirracista na qual, junto com seus alunos, construirão uma sociedade igualitária de fato e de direito.

Docência negra

Muitas vezes, as oportunidades em nível de mercado de trabalho se tornam cada vez mais restritas e as que optam pelo campo educacional são negligenciadas, primeiro pela categoria profissional a que pertencem, segundo por trazerem as marcas do passado escravista na pele e ainda em sua condição feminina. Mesmo que tenham oportunidade de arrumar um emprego tido como melhor, fica difícil, pois a população negra é a população com um baixo índice de escolaridade.

Aquela que consegue vencer essa primeira barreira se depara com inúmeros obstáculos, entre eles está: racismo e o sexismo. No qual elas sendo professoras rompem uma história de exclusão estabelecida. Elas como possuidoras e transmissoras do saber buscam afirmar a identidade racial

[...] é um processo complexo que, assim como outros processos identitários, se constrói gradativamente, envolvendo desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, até a socialização nos outros tempos/espacos sociais. Dentro do vasto campo da construção de identidades, pensar a peculiaridade da identidade racial é refletir sobre um processo que não é inato e se constrói em determinado contexto histórico, social e cultural(GOMES, 2004, p.6).

Ser mulher negra e professora em nosso país implica em uma nova avaliação sobre esses dois papéis, desmontando estereótipos e estigmas históricos. Requer ver a si mesma como negra e profissional, construindo uma prática pedagógica que denuncie o racismo.

A nossa permanência na escola é uma realidade quase inexistente num país com metade da população negra. A população negra enfrenta inúmeras dificuldades para permanecerem na escola e ultrapassarem o ensino básico, seja por fatores econômicos, preconceitos, discriminação e, até mesmo, falta de preparo do corpo docente em lidar com a diversidade. Com dificuldades para se manterem na escola, as mulheres negras lideram o quadro de ocupantes dos piores empregos e salários do país, sendo submetidas a uma violência social e simbólica que ultrapassa.

As professoras vivência diariamente a exclusão simbólica, seja as manifestações de repressão da comunidade escolar e sociedade em geral desde a infância, a

disseminação do preconceito por meio da linguagem, das ações, dos currículos escolares e até mesmo dos materiais didáticos.

A (re)apresentação de imagens caricatas de negros e negras em cartazes ou textos didáticos, assim como os métodos e currículos aplicados, que parecem em parte atender ao padrão dominante, dificultam em demasia a prática anti-racista das(os) professoras(es) negras(os), já que interiorizam a visão racista presente no senso comum ou preferem silenciar, adotando um discurso pautado na democracia racial. (SOUZA; RATTTS, 2006, p.10)⁵

Portanto cabe as professoras a responsabilidade em desmistificar o senso comum voltado à desvalorização do negro e, principalmente, à imagem estereotipada da mulher negra, incitando debates e abertura para que a comunidade escolar discuta a diferença de gênero e raça e desconstrua as “verdades” andróginas que nossa sociedade tem reproduzido ao longo da história.

Passo para a mudança

Ao passo que compreendemos o caminho das mulheres negras na construção de suas vidas no que diz respeito ao racismo e das discriminações, faz-se esperançosa, porque busca direitos para todos, de superação de desigualdades.

Para Silva (2013) parece ser este o compromisso que se atribuem a mulheres negras professoras, que constroem suas carreiras como docentes num universo que lhes é adverso. Tentando atingir todos os membros pertencentes ao grupo, fortalecendo e educando para a própria vida.

Quando vamos trabalhar com identidade negra e educação não podemos esquecer que o mito da democracia racial ainda predomina no nosso país, e estamos sujeito a um grupo étnico-racial predominante, estando em uma área de tensão. Dessa formar temos que construir a pedagogia da diversidade, aproximando-nos a cultura, questões políticas, produção histórica e econômica.

Consideraremos, também, que racismo e desigualdade socioeconômica caminham lado a lado. Por isso, a escola brasileira tem que se haver com o processo histórico do racismo, com as práticas de discriminação racial, com o preconceito, com a constituição e propagação do mito da democracia racial e com a inculcação da ideologia do branqueamento. E ter que se haver com tudo isso implica posicionar-se politicamente – e não só ideologicamente – contra processos excludentes. Implica construir novas práticas pedagógicas, novos materiais didáticos, abrir debates, estabelecer diálogo com a comunidade negra, com o movimento negro, com os grupos culturais de tradição africana. Talvez assim poderemos conhecer o que os negros pensam sobre a escola e, para isso, não há outra saída senão tomar o negro como sujeito e tentar compreender como ele pensa a educação e a cultura nos seus

⁵ SEMINÁRIO NACIONAL DE TRABALHO E GÊNERO, 1, 2006, Goiás. Gênero, raça, educação e ascensão social: as professoras negras e suas trajetórias socioespaciais, Goiás, UFG, 2006. 12p.

próprios termos e não a partir de impressões ou especulações alheias.(GOMES, 2002, p. 43)

O processo de construção da identidade mexe com a reflexão e afirmação, levando cada sujeito há agir no seu particular, no qual nos vemos a abandonar o pensamento que todos os negros e negras vão agir de uma mesma forma. Esse é um processo que envolve todos os membros da sociedade, pois ao tratarmos de um assunto temos que tentar ver o outro lado, para assim pode agir.

Mas para que isso acontece de forma adequada, todos os membros e principalmente os professores e professoras tem que receber uma formação de qualidade, para que possa transmitir aos seus alunos o verdadeiro processo que os negros e negras receberam e recebem .

Uma educação étnico-racial bem trabalhada diz respeito a todos, abre caminhos para novos aprendizados de qualidade, quebras de barreiras, para um convívio harmonioso e um contínuo processo de combate ao racismo. A escola, como um dos meios responsáveis pela transformação, tem com papel a eliminação da discriminação e emancipação dos grupos discriminados.

Em um dos trechos do parecer CNE/CP 003/2004, fica claro, que a escola tem que provocar, cada vez, mais a inserção de novos conteúdos, fazendo com que os indivíduos repensem as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas. Para que isso ocorra, se faz necessário materiais didáticos de qualidade, formação de professores, plano de ações articuladas e reconhecimento e valorização dos negros e seus descendentes. Nesse sentido Fabris⁶(2012, p. 34-35) aponta que:

A luta pelo reconhecimento da participação do negro na formação de cultura brasileira assume seu papel de resistência e resgate do legado vindo da África. A conscientização não é feita somente com o afro-descendente, mas com todos os cidadãos, todos são responsáveis pela defesa dos direitos humanos. Portanto, cabe a todos respeitarem a diversidade cultural negra, que muito contribui e contribui no aspecto cultural, intelectual, econômico, e social da nação brasileira. É preciso promover políticas educacionais de separação e inclusão de populações historicamente discriminadas na sociedade brasileira.

⁶ FABRIS, Danielli Altoé. **A contribuição do negro para a história e para a cultura do Brasil, e a lei 10.639 de 2003 nos currículos escolares no Município de Jaguaré/ES.** 76 f. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

Portanto, trabalhar contra o racismo, é valorizar os grupos étnico-raciais, reeducando-os para viver e conviver com a diferença em um espaço democrático.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no eixo ações educativas de combate ao racismo e às discriminações, apontam-se alguns princípios que podemos seguir para eliminar o racismo e as discriminações, tais como: usar como estratégias de ensino e atividades a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando suas experiências cotidianas; levantar questões norteadoras sobre o assunto para que todos possam discutir, valorizando as opiniões diferentes; compreender as marcas, arte, corporeidade e oralidade de cada grupo étnico; divulgar ações de práticas positivas e interagir com comunidades negras, etc.

Como já dito anteriormente, o preconceito e o racismo também dizem respeito ao pertencimento racial de cada educador. Com base nos estudos de Dias⁷ (2007), encontramos uma classificação das categorias, na qual alguns docentes se enquadram e norteiam suas práticas: profissionalidade, ações formadoras e dimensão político-administrativa. Desse modo, a autora descreve as classificações:

- a) Os docentes que se encaixam na categoria de profissionalidade são aqueles cujas práticas estão ligadas ao pertencimento racial e identidade, no qual constroem suas atitudes e valores de forma positiva, e consegue trabalhar o tema étnico-racial sem nenhum receio. Neste particular Dias (2007, p.140) ressalta que “não há identidade sem que se perceba o seu pertencimento. Ela se realiza na definição de si, sendo histórica e também política, e considera na sua constituição aspectos culturais, políticos e psicológicos.”
- b) Ações formadoras são o processo de formação do educador no curso⁸, suas metodologias e conteúdos ligados ao contexto histórico que passou por transformação a partir de curso de formação continuada.

O curso do qual essas educadoras participaram possuía como objetivo "contribuir para o conhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial bem como para a superação das desigualdades raciais [e produzir uma] intervenção consciente e efetiva no processo de reprodução do racismo no

⁷ Dias, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte**: educadoras da primeira e o combate ao racismo. 321 f. Tese (Doutorado em Educação) - Área de concentração: Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁸ Este curso diz respeito ao curso de formação do qual o profissional ingressou.

ambiente escolar". Havia, portanto, a proposta de possibilitar a compreensão teórica da construção histórica da discriminação racial e estimular as educadoras para elaborarem modos de intervenção pedagógica. (DIAS, 2007, p. 157)

É evidente que para uma prática antirracista é preciso ir além do que se transmite, sempre procurando refletir sobre o processo de construção da nossa sociedade, e analisar criticamente as imagens e fatos constantes que, cotidianamente, surgem. Vários recursos de comunicação constantemente trazem conceitos errados, como os jornais, filmes, peças publicitárias, etc. Mas se os professores os levarem para a sala de aula, poderão ser materiais importantes para os alunos analisarem e encontrarem nestes os preconceitos e o racismo que estão veladamente presentes.

- c) A dimensão político-administrativa diz respeito a todos os envolvidos com a política, são as secretarias, gestores (as), professores, e os demais departamentos da educação, indo além das salas de aulas ou escola.

Para Dias (2007, p. 167) “a maioria transfere seus conhecimentos a espaços relacionados ao processo de ensino - aprendizagem: informando outros colegas sobre os conhecimentos apreendidos, organizando atividades interdisciplinares, participando de eventos nos quais apresenta suas experiências.”

Portanto, é importante que todos os profissionais da educação passem por algum tipo de formação, na qual irão receber incentivos e novas práticas de combate ao racismo. Uma educação destinada às relações étnico-raciais é uma oportunidade que a instituição escolar tem para repensar a escola como um todo, contando com a participação dos alunos, pais, responsáveis, docentes, direção e funcionários, podendo, todos juntos, refletir e buscar novas maneiras de transformar a escola em um espaço destinado à diversidade étnico-racial, no qual o princípio seja o respeito a diferença.

Conclusão

A escola como um lugar de transformação tem como função promover mudanças nos pensamentos e nos modos de vida, pois envolve preconceitos, racismo e discriminação étnico-racial praticados na sociedade brasileira, mas para isso se tornar possível, é preciso a participação de todos os envolvidos na educação.

Articular educação e identidade negra é um processo de reeducação do olhar pedagógico sobre o negro. A escola, como instituição responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, possui um papel importante na construção de representações

positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão.(GOMES, 2002, p.46)

Voltou a repetir que a identidade se constrói pelo caminhar durante a vida, sendo singular e plural, através de experiências, afirmação e negação. Mas batendo sempre em cima dos condicionantes políticos, culturais e econômicos.

Quando a educação derruba alguns tabus e alguns discursos, uma ação articulada para construir uma identidade, seja do aluno ou qualquer pessoa, pode contribuir de forma significativa, valoriza e ampliar o universo cultural e social de cada indivíduo.

A busca da transformação das mulheres negras vem em encontro a importância de ações e projetos sociais para o efetivo espaço.